

ATITUDES DE ESCOLARES EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DE ALUNOS ¹DEFICIENTES NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: UM COMPARATIVO ENTRE ESCOLAS PÚBLICAS E PRIVADAS

Priscilla da Costa Gonzaga Candido¹

Matheus Barçante de Souza¹

Géssica de Souza Oliveira¹

Joana Martins Andrade²

Wederson Rafael Fraga³

Michelle Bacelar Moreira⁴

Deyliane Aparecida de Almeida Pereira⁵

deyliane.pereira@gmail.com

ÁREA DE CONHECIMENTO: Ciências da Saúde

RESUMO:

O objetivo do estudo é avaliar o índice de atitudes, sentimentos e preocupações de escolares em relação às aulas de Educação Física com alunos deficientes. E como objetivos específicos identificar as fragilidades na interação entre eles e quais tipos de deficiência apresentam facilidade de aceitação, verificando também quais atitudes são necessárias no processo de inclusão. Trata-se de um estudo quantitativo, que será realizado com alunos do ensino fundamental II e Ensino Médio, de escolas públicas e particulares, na região da Zona da Mata Mineira. Será aplicado o questionário Escala de Atitude SACIE – *Sentiments, Attitudes & Concerns about Inclusive Education*. Tem-se como resultados preliminares a realização do levantamento bibliográfico, pois trata-se de um estudo em andamento.

PALAVRAS-CHAVE: Atitudes, Estudantes, Educação Física, Deficiência.

1. INTRODUÇÃO:

As aulas de Educação Física possuem o objetivo de transmitir e problematizar

¹ Acadêmicas do 7º e 8º período do curso de Educação Física da Univértix. – UNIVÉRTIX – Matipó

² Graduada e Mestre em Educação Física, professora do Curso de Licenciatura em Educação Física da Faculdade Vértice – UNIVÉRTIX – Matipó

² Graduada em Educação Física. Especialista em Educação Física Escolar. Professora da Faculdade UNIVÉRTIX

³ Graduação em Educação Física pela Faculdade Univértix. Pós-graduação em Fisiologia e Treinamento Aplicado em Atividades de Academias e Clubes pela Faculdade Univértix. Professor da Faculdade Vértice – UNIVÉRTIX – Matipó

⁴ Licenciada e bacharel em Educação Física/ UNEC. Mestre em Meio ambiente e Sustentabilidade - UNEC. Professor da Faculdade Vértice – UNIVÉRTIX – Matipó

⁵ Licenciada e Bacharel em Educação Física - UFV. Mestre em Educação Física UFV. Doutoranda em Ciência da Nutrição – UFV. Professora do Curso de Licenciatura em Educação Física da Faculdade Vértice – UNIVÉRTIX – Matipó

todo o conteúdo sistematizado pela a cultura corporal que se desenvolveu ao longo da história (BRASIL, 2017). Sendo a escola um ambiente considerado próprio para o aprendizado, juntamente à família, e possui importância para a promoção de trajetórias e convivências saudáveis ao desenvolvimento humano. Além disso, a escola favorece a construção de diversos pontos de vista, podendo contribuir para ampliação da visão sobre a convivência com as múltiplas variações da realidade. (SEABRA E OLIVEIRA, 2017).

No que concerne à estas múltiplas variações da realidade, Diniz (2007) afirma que deficiência não deve ser conhecida como um problema individual, mas como um problema social. A autora declara que toda pessoa que nasce com ou adquire uma necessidade especial tem o acesso à nossa sociedade por meios difíceis, ou seja, enfrenta diversas barreiras sociais, quer seja arquitetônica, procedimental ou atitudinal, assim, a deficiência se apresenta no que é descrito “fora da norma”, perdendo a sua identidade.

Para isto, Oliveira e Rezende (2017) destacam que é necessária a adoção de estratégias que levam as pessoas a entender as inúmeras dificuldades passadas pelas pessoas deficientes. Os autores também afirmam que um maior conhecimento a respeito dessas necessidades de adaptações metodológicas e atitudinais têm o intuito de preparar o mundo para que vivencie a diversidade através de aceitação e inclusão dos mesmos na sociedade, independentemente de sua deficiência.

Contudo, a diversidade existente no ambiente escolar especialmente quando se refere à participação de alunos com deficiência, expõe os demais colegas de sala a situações variadas e a reações de acordo com a aceitação, conhecimento e experiência de cada um (RODRIGUES,2017)

A presença de alunos com deficiências em ambientes escolares efetiva políticas públicas de inclusão de garantia de direitos sociais, ademais, favorecem o reconhecer do potencial que possuem, através de experiências educacionais compartilhadas (RODRIGUES,2017)

. Ademais, garantem a consolidação de uma das funções sociais da escola, isto quer dizer, o desenvolvimento humano em todas as suas dimensões, sejam intelectuais, afetivas, simbólicas ou mesmo culturais. No que diz respeito à interação nas aulas inclusivas, a aprendizagem tem sido uma das formas de explorar e avaliar as atividades neste processo interativo, devido sua possibilidade de transformação para todos os alunos, com ou sem necessidades educativas especiais (COELHO E

BASTOS, 2018).

Decerto, há necessidade de ampliar o conhecimento dos estudantes para que não haja preconceito em relação às diversidades corporais existentes no âmbito escolar. Além disso, pesquisas de reflexões e indagações da forma que se aplica a inclusão e o trabalho nas aulas de EF de alunos deficientes podem interferir de maneira positiva preparando o ambiente escolar e todo o seu contexto para lidar com situações adversas e possibilitar questionamentos importantes e favoráveis na construção de saberes.

Diante do exposto, surge um questionamento relevante: Como os escolares reagem à presença de alunos deficientes nas aulas de Educação Física? Esse questionamento se dá a partir do momento em que a inclusão é prerrogativa das políticas educacionais para a educação básica, ademais, pela necessidade de adequações à diversidade corporal existente na escola.

Sabe-se que é indispensável a identificação do convívio relativo à inclusão no âmbito escolar, onde os alunos possam ter experiências positivas que favoreçam a inclusão de colegas deficientes. Assim, este estudo tem como objetivo geral avaliar o índice de atitudes, sentimentos e preocupações de escolares em relação às aulas de Educação Física com alunos deficientes. E como objetivos específicos identificar as fragilidades na interação entre eles e quais tipos de deficiência apresentam facilidade de aceitação, verificando também quais atitudes são necessárias no processo de inclusão.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. Educação e Educação Física Escolar

Antes de se ater à demanda da inclusão, deve-se exprimir a valor do acesso à educação física na escola, enquanto uma aquisição democrática. Sabe-se que a atividade física é um elemento ativo na vida do indivíduo, e que não existe no mundo ser humano que não possua uma corporeidade e uma psicomotricidade, pois cada um cria e espalha seu mundo existencial e biológico, através de distintas formas de ser/estar no mundo socialmente instituído. Neste sentido, esta pesquisa aborda a importância de uma cultura voltada à promoção da qualidade de vida na escola, através da inclusão e da educação física. E quando se fala em qualidade de vida focaliza-se e exponencia-se o conteúdo de educação física, em específico, sem

desmerecer ou desqualificar os demais (NEVES, 2009)

Quando se trata de educação física no âmbito da cultura escolar, entende-se que estes elementos se encontram intrinsecamente ligados, como relevantes fenômenos socializadores, modificadores da forma de pensar dos educandos e dos educadores. Quando se abraça a atividade física como uma aliada no procedimento de ensino-aprendizagem permite-se que cada sujeito que frequenta o ambiente escolar participe do processo educacional. As atividades propostas no conjunto da educação física fazem com que ele se sinta parte de um todo, ao notar que seu modo de ser e estar não é mais visto como "deficiente" ou "anormal". Ao promover a igualdade de direitos entre os alunos no cumprimento das tarefas, gera uma forma de socialização com os demais colegas, pois ele não diferente e sim igual aos demais.

Mas como a complexa instituição escolar e as diversas disciplinas oferecem esta entrada às pessoas deficientes, rompendo decisivamente com a cultura do preconceito e da exclusão. Se a escola restringe o acesso à cultura da inclusão social e suas probabilidades, é conciso que dentro de categorias historicamente determinadas, que ela se reestruture e se constitua como espaço de coexistência social beneficiando e estimulando a constituição da cidadania em sua plenitude. Compete à escola, planejar e ampliar as perspectivas de uma pedagogia participativa e democrática, fundada na dialogicidade e na historicidade do ser humano, que inclua atitudes, comportamentos, conteúdos, procedimentos e valores orientados para a compreensão, promoção e defesa dos direitos humanos, bem como para sua reparação em caso de violação. (NEVES, 2009)

A escola por suas características peculiares é um proeminente espaço social em que o conhecimento se formata não apenas como forma de desenvolvimento pessoal, mas, sobretudo, de humanização e inclusão. Como espaço de coexistência favorece a humanização e o aprendizado da cidadania, ao agenciar a participação de todos os componentes da comunidade escolar. Como ambiente de convívio social, se torna um núcleo de referência pessoal, que marca os sujeitos que por ela passam. E certamente, um dos conteúdos mais marcantes é a Educação Física por promover, a participação, o intercâmbio entre os alunos, socializando e incluindo todos. Das muitas configurações curriculares pelas quais formatam o dia-a-dia escolar, a Educação Física vive uma realidade distinta das demais disciplinas. Requer uma abordagem diferenciada ao sair do habitual ensino de "quadro, giz e carteiras enfileiradas". Torna-se assim única, pelas ocasiões de convívio, e pelas atividades lúdicas das quais todos

tomam parte. Assim, através da atividade física, ação escolar se potencializa mais eficiente e acentuadamente no sentido de inclusão.

A Educação Física pode ser espaço para a formação escolar e cidadã dos educandos, em especial, os deficientes. A escola é uma criação essencial para a coletividade ao destacar-se pelo desenvolvimento da cidadania, ao agenciar o diálogo e a inclusão. Obviamente, entender a cidadania no seu significado mais amplo possível, o aprendizado pleno dos direitos e deveres de cidadão numa sociedade democrática, incluindo a participação ativa em toda a ação social como sujeito histórico, de forma crítica e consciente. Além disso, a questão enfoca especialmente a escola pública atual, com os problemas já conhecidos, onde a escolarização tem um papel terminante no procedimento de desenvolvimento e inclusão, sobretudo para os alunos mais pobres. (NEVES, 2009)

O aprendizado escolar relaciona-se a diversos fatores, entre os quais a qualidade de vida dos alunos, tanto dentro como fora da escola, perpassando diretamente pela noção de corporeidade, de expressão corporal e de psicomotricidade. Estes aspectos observados previamente pelos profissionais da área educacional, incluindo os educadores físicos, enquanto principais protagonistas desta discussão. É fundamental que a escola desperte nos alunos a competência de compreenderem e atuarem no mundo em que vivem, e essa atuação se dá através da mente, mas, além disso, do corpo.

Assim é preciso informações e formação aos discentes para aturem como cidadãos completos, e não fragmentados, organizando-se e defendendo seus interesses e os interesses da coletividade. O espaço escolar é o espaço onde as pessoas se socializam, reverenciando e celebrando as diferenças de cada um, concretizando a inclusão. Assim legitimar a escola como preponderante na efetivação da inclusão social é entender que somente através de uma educação básica completa e de qualidade que se formam cidadãos conscientes de sua mente, de seu corpo, de suas necessidades, portanto conscientizados, de seus direitos e deveres. As escolas favorecem o acesso permanente à cultura da atividade física, da expressão corporal, da cultura da corporeidade, da psicomotricidade e da inclusão. (NEVES, 2009)

A educação fundamenta-se em potencializar a capacidade ilimitada do ser humano. Nenhum país alcança um bom desenvolvimento, se não garantir uma boa educação e acesso a inclusão e promoção humana. O ensino fundamenta-se em garantir o conhecimento e desenvolvimento de competências, o direito do

conhecimento histórico e cultural historicamente adquirido pela humanidade e de sua utilização no exercício efetivo da cidadania. É no dia a dia escolar que crianças e adolescentes acessam à cultura corporal, porém isso não é dever exclusivo da escola, e sim um movimento em conjunto da sociedade, família e escola com permanências e rupturas.

2.2. Educação Física e Inclusão de Pessoas com Deficiência

A Educação Física possibilita aos alunos deficientes a oportunidade de acesso ao currículo comum. Cabe aos profissionais da área criar adaptações e elementos base voltados à interação destes com os demais estudantes, de maneira que sua participação, seu convívio no ambiente escolar e o aprendizado adquirido pelos alunos sejam baseados em bons resultados de acordo com desenvolvimento de cada um, obtidos nas aulas de Educação Física (BRASIL, 2017).

Contudo, nota-se a escassez e até mesmo a inexistência de adaptações de acordo com as necessidades dos estudantes deficientes, a ausência destas adaptações ou empenho nas aulas por parte do professor, implica diretamente no âmbito escolar criando barreiras e impedimento na interação, ou mesmo um melhor aproveitamento da aprendizagem por parte dos estudantes com ou sem deficiência. (COSTA e MUNSTER, 2017).

No ambiente escolar, mais especificamente durante as aulas de Educação Física, a interação que diz a respeito a inclusão de estudantes deficientes, assume uma grande relevância, uma vez que, as concepções referentes a deficiência são compartilhadas entre os mesmos, se percebe o impacto que as suas variadas e singulares experiências na prática física geraram e influenciaram diretamente na participação nas aulas. Além disso, o ambiente das aulas de EF torna visíveis as principais características como o potencial e a limitação do corpo vivido pelos alunos. Diante disso, representações sociais sobre a deficiência e suas complexibilidades, acabam gerando consequências que afetam diretamente pessoa através desta experiência, podendo impactar de diferentes formas a sua vida, o que acaba tornando essencial a averiguação desta problemática (MORGADO *et al.*; 2017).

Todavia, nota se que é limitado o número de estudos, pesquisas e investigações nesta área a respeito da interação e aceitação dos estudantes, que tenham como foco as representações sociais referentes a facilidade ou não de alunos interagindo através da inclusão nesta disciplina. Nesta perspectiva cabem aos

profissionais de Educação Física programar meios para a educação inclusiva que possibilitem uma melhor aceitação por ambas as partes.

Para Batista e Enumo (2004), alunos com necessidades especiais tem o direito de uma educação que os atenda, sem a possibilidade de discriminação e constrangimento, lhe dando o direito de desenvolver e exercer a sua cidadania. Portanto, as oportunidades devem estar em equidade entre os estudantes, sem que a deficiência interfira fazendo com que o aluno deficiente somente observe as aulas sem uma participação efetiva, mas sim incluí-los no âmbito escolar de forma que participem de todas as atividades escolares propostas conjuntamente.

Decerto, a inclusão precisa acontecer de maneira agradável para que, tanto o aluno deficiente quanto os demais alunos possam usufruir de um bom aprendizado, pois se não o objetivo principal da inclusão que é o aprendizado da classe em sua totalidade não acontecerá, devido a falta de motivação dos mesmos. É certo que alguns fatores influenciam diretamente na inclusão, e sua falha pode ser reflexo da falta de organização, planejamento adequado e acessibilidade necessários à inclusão.

A Educação Física, por estar diretamente ligada a vivências de cultura corporal de movimento, apresenta fatores que são considerados positivos na inclusão de alunos deficientes. Porém, no que diz respeito aceitação dos estudantes em relação aos alunos com algum tipo de necessidade especial, se destacam o grau e a natureza da incapacidade deste aluno como principal fator de sua inclusão, outro meio favorável que incentiva os alunos em sua convivência nas aulas de Educação Física seria a intervenção e apoio do professor que deve estar preparado através de especializações para a obtenção de resultados positivos quanto às suas práticas. Destaca se ainda que os professores de EF possuam relativamente atitudes mais positivas diante de alunos com deficiências motoras e sensoriais, do que em alunos que possuam limitação cognitiva ou multideficiências (RODRIGUES, 2015).

Sendo assim, torna-se relevante investigar as concepções, atitudes e ações dos estudantes nas aulas de Educação Física face à inclusão de alunos deficientes, de forma que a compreensão e o preparo para lidar com as diferenças e necessidades do ser humano no âmbito escolar, seja o princípio do processo inclusivo em sociedade.

Neste sentido, é necessária uma reflexão relativa ao convívio escolar, pois, para que a escola tenha uma ação inclusiva, seu princípio básico, é que todos os alunos aprendam juntos, independente do seu perfil de funcionalidade (RODRIGUES,

2017).

Diante do exposto, para que a inclusão nas aulas de Educação Física aconteça seria necessário processos de transformações sociais iniciados através do

sistema educacional transformando assim a percepção e a aprendizagem que diz respeito a deficiência, pelos alunos. A escola, portanto, deve assumir o papel de incentivadora e formadora de indivíduos capacitados a atuar na sociedade de forma crítica, estabelecendo independente das situações vividas, relações significativas com todos, capazes de lidar com as dificuldades e os desafios impostos por toda a sociedade.

Cabe destacar que o professor de Educação Física e as suas atitudes perante alunos deficientes influencia diretamente o processo inclusivo. Ademais, o principal objetivo das aulas é formar pessoas participativas independente de suas limitações ou não, dando uma importância especial aos aspectos sociais, cognitivos e afetivos onde a convivência respeite as diferenças, tornando toda ganho corporal de movimento uma verdadeira conquista, principalmente de quem possui alguma necessidade especial. Em suma, cabe a escola e aos profissionais que nela atuam quebrar as barreiras sociais, com atitudes, práticas e métodos norteadores suas para a inclusão de todos.

3. METODOLOGIA

Essa pesquisa foi aprovada pelo Programa de Incentivo Básico à Iniciação Científica (PIBIC) da Faculdade Vértice- Univértix em parceria com a Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG).

A pesquisa inicialmente foi realizada através de estudos e revisões que possam caracterizar e auxiliar a produção da mesma, com base científica para os aspectos teóricos e metodológicos, além de apresentar a atual percepção dos estudantes com relação a inclusão de deficientes em suas aulas de Educação Física e a situação vivida e sentida por ambos os lados (deficientes e colegas de classe não deficientes) podendo apontar possíveis lacunas.

Objetivando alcançar um levantamento científico de acordo com a realidade de escolas públicas e privadas frente à inclusão, um questionário será aplicado aos estudantes do Ensino Fundamental II e do Ensino Médio, com o propósito de analisar o problema relacionado à pesquisa em questão. Diante do exposto, o estudo terá

caráter quantitativo do tipo exploratório, pois objetiva proporcionar aos estudantes um conhecimento maior referente ao problema investigado e conhecer os resultados totais de atitudes e/ou fatores que interferem a inclusão em aulas de Educação Física.

A pesquisa será realizada através da aplicação do questionário será realizada em escolas públicas e particulares na Zona da Mata Mineira. A amostra será composta de estudantes do ensino fundamental II e Ensino Médio, de escolas públicas e particulares, na região da Zona da Mata Mineira.

O estudo foi submetido ao Comitê de Ética de Pesquisa com Seres Humanos (CEP), da Faculdade UNIVÉRTIX, para apreciação ética. Após a aprovação do referido comitê, foi informada à amostra os objetivos do estudo e a sua participação foi concretizada mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). Este estudo seguiu as especificações da Lei 466/2012 (BRASIL, 2012), que trata de pesquisa envolvendo seres humanos, resguardando-lhe o anonimato e autonomia de recusar-se ou desistir de fazer parte da amostra do estudo.

Os alunos escolhidos para participar do estudo podem ser do sexo feminino ou masculino, e serão selecionados desde que tenham um contato direto em sua classe com um ou mais estudantes deficientes em suas aulas de Educação Física e os responsáveis legais deverão assinar o Termo de Assentimento e o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Caso os responsáveis legais e/ou estudantes não queiram participar do estudo ou mesmo não estejam de acordo com os critérios acima, serão excluídos.

O questionário a ser aplicado será a Escala de Atitude SACIE – *Sentiments, Attitudes & Concerns about Inclusive Education* (EARLE, SHARMA e FORLIN, 2007) (Anexo 1), que contém informações de caracterização da amostra, bem como os sentimentos e atitudes em relação à deficiência. As questões são fechadas e estão dispostas em uma escala tipo likert de quatro pontos, variando de concordo totalmente a discordo.

A análise dos dados coletados adquiridos através da amostra será por meio de estatística descritiva, pelo qual serão analisados em média e o desvio padrão como medida de dispersão, os resultados serão representados através de tabelas de frequência com respectivos valores relativos aos percentuais. E, após a estatística inferencial, sendo as comparações das análises.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Trata-se de uma pesquisa em andamento e os resultados parciais registram até o momento a realização do levantamento bibliográfico.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em: < 568 http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2017.

COELHO, C. L. M.; BASTOS, C. L. Cognição espacial e intervenções psicopedagógicas no contexto da inclusão. **Revista Portal de Educação**, Braga, v.29, n.1, p.27-49, jun. 2016.

COSTA, C. M.; MUNSTER M. A. Adaptações Curriculares nas Aulas de Educação Física Envolvendo Estudantes com Deficiência Visual. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília, v. 23, n. 3, p. 361-376, Setembro de 2017.

MACEDO, E. Base Nacional Comum Para Currículos: Direitos De Aprendizagem E Desenvolvimento Para Quem? **Educ. Soc.**, Campinas, v. 36, n. 133, p. 891-908, out.-dez., 2015

MORGADO, F. F. R. *et al.* Representações Sociais sobre a Deficiência: Perspectivas de Alunos de Educação Física Escolar. **Rev. bras. educ. espec.**, Marília, v. 23, n. 2, p. 245-260, Junho 2017.

NEVES, L. A. **Corporeidade**: uma filosofia de atuação na educação física (Trabalho de Conclusão de Curso – Bacharelado em Educação Física. Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2009. 38 p.

OLIVEIRA A. L. M., RESENDE M. C. Oficinas vivenciais: reflexões sobre direitos humanos de pessoas com deficiências. **Psicologia Escolar e Educacional**, SP, v. 21, n. 2, pa. 295-301, 2017.

RODRIGUES M. M. M. V. **A aceitação de alunos com Necessidades Educativas Especiais passados 6 anos da implementação do Decreto-Lei nº3/2008**: opinião de educadores de infância e de professores do 1ºciclo. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação Especial: Multideficiência e Problemas de Cognição). Escola Politécnico do Porto. Universidade do Porto, Portugal.

RODRIGUES. D. A Educação Física perante a Educação Inclusiva: reflexões conceptuais e metodológicas. **Boletim da Sociedade Portuguesa de Educação Física**, v. 24, n. 25, p. 73-81, 2017.

SEABRA, R. C. F. F.; OLIVEIRA, M. C. S. L.; Adolescentes em Atendimento

ISSN -21787301



Socioeducativo e Escolarização: Desafios Apontados por Orientadores Educacionais. **Psicol. Esc. Educ.**, Maringá , v. 21, n. 3, p. 639-647, 2017.